

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NOMEADA PELA PORTARIA 5.211/2023, REALIZADA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Presidência: Vereadora Dorinha Melgaço, nos termos do artigo 107 do Regimento Interno. **Abertura:** 13h23min. **Quórum de Abertura:** Registrada a presença dos membros da Comissão os Vereadores Dorinha Melgaço (União Brasil), Diácono Gê (PSDB), Eugênio Ferreira (PMN), Raphael de Paulo (PL) e Cléber Canoa (Cidadania). **Sumário:** A Presidente Interina declarou aberto o prazo para inscrição de candidatos ao cargo de Presidente da Comissão e submeteu à votação seu próprio nome e o do Vereador Diácono Gê. A Vereadora Dorinha Melgaço foi eleita por três votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e nenhuma ausência, superando o Vereador Diácono Gê que obteve dois votos favoráveis. Prosseguindo, a Presidente Interina declarou-se eleita e empossada no cargo de Presidente da Comissão. Assumindo a Presidência, a Vereadora Dorinha Melgaço explicou os motivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é destinada a apurar possíveis irregularidades quanto às progressões, promoções, ajustes e enquadramentos nas carreiras dos servidores do Poder Executivo Municipal, relativamente à transição entre os antigos Planos de Cargos e Salários, das Leis n.º 2.080/2003 e n.º 2.186/2004, para o atual Plano de Cargos e Salários, da Lei n.º 3.159/2018, e, conseqüentemente, os respectivos atos conexos de aposentadoria, tendo em vista o impacto no equilíbrio atuarial do Regime Próprio de Previdência, infringindo a Lei e o interesse público. Posteriormente, a Presidente abriu prazo para escolha do Relator, sendo candidato o Vereador Eugênio Ferreira, que obteve cinco votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e nenhuma ausência. A Presidente requereu que se faça a comunicação oficial ao Prefeito Municipal e ao Instituto Unaprev a respeito da instauração dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Continuando, a Presidente leu uma nota sobre a abertura desta CPI: “Sobre a CPI solicitada pela Unaprev, é importante saber que o Conselho de Administração do Unaprev solicitou a investigação por parte da Câmara sobre as possíveis irregularidades em promoções e progressões de carreira de alguns servidores com o objetivo de resguardar o equilíbrio atuarial do fundo, para que todos os servidores possam se aposentar e receberem suas aposentadorias e benefícios de forma tranquila. Diante da denúncia tramitou a Petição nesta Casa n.º 3/2023 na Comissão Conjunta de Finanças e Serviços, mas o Relatório Final não pôde ser conclusivo, porque o Senhor Prefeito não encaminhou a documentação solicitada na íntegra, impedindo a Comissão de averiguar a situação”. Neste momento a Vereadora Dorinha Melgaço citou como exemplo o fato de terem solicitado ao Governo Municipal que encaminhasse todos os processos que estavam sendo averiguados e, na época, não encaminharam nem um. A Presidente informou que o Prefeito divulgou uma nota afirmando que havia respondido tudo que foi solicitado, mas isso não é verdade e pode ser constatado dentro do Processo da Petição n.º 3/2023, que consta no SAPL. A Presidente continuou a leitura da nota: “Logo, diante da omissão do Senhor Prefeito, a abertura da CPI se fez necessário e jamais proíbe ou impede a administração de continuar os processos naturais de progressão, progressão e ajustes na carreira dos servidores públicos municipais. O STJ já decidiu no tema 1075 que o Poder Público não pode deixar de conceder progressão funcional ao servidor que preenche os requisitos legais, mesmo que tenham sido superados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal com gastos de pessoal”, “Além do mais, mesmo na época da Pandemia, a Lei Complementar n.º 73 de 27 de maio de 2021, que estabeleceu o programa federativo de enfrentamento a COVID19 não proibiu o município à concessão de promoção e progressão na carreira dos servidores, de acordo com o artigo 8º. Se o prefeito reprimiu a demanda dos servidores de forma arbitrária e sem fundamento legal, está errado. Como que a demanda foi reprimida durante a Pandemia do Covid 19 que ocorreu durante os anos 2020 e 2021 e ao mesmo tempo o Prefeito vem concedendo Promoções e Progressões aos servidores desde 2017? Não há congruência na própria afirmação

publicada e veiculada, cabe inclusive por parte desta CPI uma investigação das afirmativas inverdadeiras. O objetivo desta mentira contada aos senhores, que a CPI impede a concessão de progressões e promoções, é criar uma pressão indevida para que não se investigue de fato se ocorreram tais irregularidades. Se está tudo certo não há motivos para temer os trabalhos de investigação por parte desta Comissão. Eu estou vendo que, desde ontem, com a experiência que eu tenho e com o barulho que foi feito, de fato teme-se que descubra algo”. A Vereadora Dorinha Melgaço afirmou que o objetivo com esta CPI não é o servidor, mas sim o Prefeito e os seus atos e solicitou a Sra. Sandra Mara que tranquilize os servidores. A Presidente ainda sugeriu que o sindicato se necessário deve entrar com uma ação para pleitear na justiça as devidas promoções de todos os servidores, uma vez que não há impedimento. Em seguida, a Vereadora passou a palavra para o Vereador Rafael de Paulo que disse: “Essa casa passou por uma luta instruída por nossos consultores jurídicos e, também, os da prefeitura, e mais uma vez nós vamos travar esta luta, é o que esse início de discussão acaba sinalizando. Conversando hoje com alguém da assessoria do prefeito pude perceber isso, eu falei isso para a pessoa: flagrantemente isso que você me descreve, para a gente que convive no mundo Jurídico e Político, a gente vê que há uma forçação de narrativa, mas infelizmente nem todos os servidores tem essa mesma malícia para pegar essas coisas, tanto da parte nossa se a gente fizer, quanto da parte da administração, eles ficam refém nesse jogo, isso é muito ruim, parece que fica usando como massa de manobra, por aquilo que eles estão preocupados realmente, que é com os rendimentos deles, aposentadoria deles, eu vou falar a verdade, meu estômago até embrulha, nós estamos vivendo um momento ruim aqui na Câmara, eu acho muito ruim o que a gente está vivendo. No meio disso tudo algumas verdades podem ser ditas e ela é clara a todos, que apresentou a denúncia? Foi algum dos senhores? Quem apresentou foi o Conselho de Administração da Unaprev. A Unaprev está preocupada com isso e pede a nós, como instância capaz de investigar, ajuda. Seria prevaricação desta Casa se de fato nós não agissemos, mas nós agimos, através do instrumento legal e regimental, como foi explicado na nota. Buscando os elementos que nos dariam condições de ver se o indício ali apontado pela representação da Unaprev é real ou não, mas nos foi negado. A cópia está na íntegra no SAPL par quem quiser acompanhar”. “Esses indícios estão confirmados? Está errado a forma que foi feita, eu não sei, você não sabe, a própria Unaprev não sabe, tanto que ela pede investigação. Então aqui não há um veredito antecipado, por isso que eu digo que a gente tem que tratar com muita serenidade o caso, porque a gente pode investigar Cléber e no final ser somente um equívoco por parte do analista que fez a análise e encaminhou a esta Comissão, mas deixar de investigar não. Isso sim seria uma verdade muito incômodo, que deixar de investigar, deixar de apurar, de observar, é prejudicial aos servidores, é prejudicial à administração e é prejudicial a esta Casa”. O Vereador Cléber Canoa elogiou a fala do Vereador Rafael de Paulo e disse: “A vivência que tenho ao logo do caminho, em especial investigativa, a gente sabe que todo caso denunciado carece de um esclarecimento, independente de ser verdade ou não, carece de esclarecimento e este é benéfico para ambos os lados, para todos os envolvidos. É verdade também que em muitos casos existe três versões a minha, a sua e a verdadeira. Então eu espero que, com a graça de Deus e os bons andamentos dos trabalhos aqui, a gente esclareça as dúvidas que estão colocadas aí, eu acredito, eu penso nisso, acredito que os processos de promoções, progressões e aposentadoria tenham seguido o curso normal da legalidade, espero que tenha acontecido, haja vista que o corpo técnico da prefeitura terem orientado, aprovado, subsidiado o executivo de alguma maneira de informação e legalidade para tal, e se por ventura tiver ocorrido algum equívoco que venha a tona. A Prevaricação é um crime e de fato não tem como a gente fechar os olhos para o que foi trago a esta casa, pois além de imoral é ilegal. Na condição de Vereador eu jamais quero prejudicar servidor, eu também sou servidor. Espero de fato que os entendimentos legais, políticos, não prejudiquem o andamento legal

